

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Andrezza Gonçalves de Freitas¹

Resumo: O livro de literatura infantil vem sendo usado em sala de aula paralelamente às atividades rotineiras das escolas, porém, o livro de literatura infantil não é um recurso que deva ser usado sem intenção pedagógica ou meramente com a intenção de ficar exposto nas bibliotecas de escolas ou nas salas de aula. Com isso, estudou-se alfabetização e letramento e seus aspectos sociais, a formação do professor como sujeito leitor e formador de novos leitores e o livro de literatura infantil como recurso pedagógico deste novo processo que estimula a contextualização, a imaginação e a criatividade dos educandos no início de escolarização.

Palavras Chave: Alfabetização. Letramento. Literatura infantil.

Introdução

Quando se fala do processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais, logo se pensa em aprender a ler e escrever, isto é, decodificar o código linguístico. Mas, ao longo do tempo, esta

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). Tutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. cursando especialização em Didática interdisciplinar na FMP. Colaboradora na Instituição Bom Jesus - Coração de Jesus. E-mail: andrezadgf@gmail.com.

função vem evoluindo buscando encontrar sentido nas palavras e conhecimentos necessários para o exercício dessa prática. No primeiro ano do ensino fundamental, com a evolução deste ciclo da alfabetização, os educandos encontram-se curiosos frente a um mundo desconhecido e cheio de possibilidades visualizando o imenso encontro com as letras.

Principalmente nesta fase o educador precisa encontrar todas as possíveis maneiras de alfabetizar utilizando-se de recursos propícios a cada perfil do educando. Utilizar o livro infantil como recurso pedagógico é propor um novo sentido/significado em sala de aula para a decodificação do código linguístico.

O educador precisa estar muito bem preparado e consciente do seu papel de alfabetizador-educador dentro da sociedade. Fazer o encontro do educando com o mundo das letras é prepará-lo para o descobrimento de um mundo diferente, ou pelo menos incentivá-lo a descobrir o mundo com a mesma curiosidade que se tem na infância.

Neste caso, ao tratar de alfabetização e literatura, prontamente chega-se ao letramento na escola, isto é, ao exercício contínuo e integrado das práticas de leitura e escrita dentro da sociedade. O letramento se processa em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que vive em um contexto que não só oferece informações, mas que é condicionado à leitura e à escrita dando sentido e qualidade ao ensino- aprendizagem.

Portanto, não basta apenas saber ler e escrever, mas utilizar o que foi escrito e lido, desenvolver sentido e melhor condição de comunicação. Assim projeta-se um futuro de sujeitos críticos e atuantes dentro de uma sociedade oferecendo-lhes o direito de ir além do que se vê e do que lhes mostram. Consequentemente, alfabetizar é dar condições de letramento proporcionando espaços críticos voltados para a leitura e escrita.

Alfabetização e Letramento

Atualmente a questão de alfabetizar e letrar assume a posição de qualificar o ensino da língua materna na escola principalmente quando

se trata de crianças de seis anos de idade. As práticas de leitura e escrita na escola precisam ser revistas quanto à formação de professores para a formação de futuros leitores e a estrutura do ambiente escolar para a alfabetização e letramento.

Dentro das concepções atuais de alfabetização e letramento, o processo de alfabetizar-se condiz em saber ler e escrever e compreender as práticas de leitura e escrita. Não basta apenas saber ler e escrever, mas fazer uso da leitura e da escrita em várias situações sociais. Letramento é um conceito atual estudado como fenômeno social em que se considera a nova abordagem de alfabetização.

Conforme Soares (2008), alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código linguístico, ou seja, é um conjunto de técnicas adquiridas para exercer o uso da leitura e da escrita. Alfabetização faz parte da ação de decodificar o alfabeto e representar o som reconhecendo seu símbolo gráfico. Já letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever. São variadas práticas, tanto sociais como escolares, que demandam o uso da leitura e da escrita. É o uso contínuo das habilidades de ler e escrever que o sujeito estabelece com seu meio social. Fazer uso da leitura e da escrita transforma o sujeito em atuante, levando-o à condição de veicular vários saberes.

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, utilizando-se de quem a tem para fazer uso da leitura e da escrita; além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida, não como em concepções anteriores, com textos construídos artificialmente para a aquisição das técnicas de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita. (SOARES, 2008, p. 92).

Segundo a autora, esses dois conceitos se agregam um ao outro no processo em que as mudanças sociais consideram contextos diferentes e práticas que ocasionam a significação de alfabetização e letramento. Soares (2008) identifica letramento como fenômeno social que considera a nova abordagem de alfabetização com a necessidade de exercer as habilidades de leitura e escrita como uma das prioridades de pesquisas das áreas da educação e da linguagem.

A questão do letramento e escolarização não se constitui em apenas um processo objetivo que possa ser medido ou avaliado por níveis ou categorias de aprendizagens, pois são múltiplas suas práticas e funções não tendo como classificar letrados e iletrados. Sabe-se que quanto mais alto o grau de instrução mais alto o nível de alfabetismo, ou que a escolarização é fator decisivo na promoção do letramento.

Na escola, os conhecimentos são instituídos, planejados e selecionados por critérios pedagógicos visando à aprendizagem e conduzidos a atividades de avaliação. A escola autonomiza as atividades de leitura e escrita em relação às suas circunstâncias e ao seu uso social. Neste caso, o sentido de letramento sofre uma transformação quando práticas sociais de letramento são ensinadas, ou seja, entre as numerosas práticas sociais de letramento algumas são selecionadas para se tornarem objeto de ensino, incorporadas aos currículos, aos projetos pedagógicos ou aos materiais didáticos.

[...] Na escola eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação. De certa forma, a escola autonomiza as atividades de leitura e de escrita em relação a suas circunstâncias e uso sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e suas próprias e peculiares práticas de letramento. (SOARES, 2008, p. 107).

O cuidado a ser tomado é que, ao medir o nível de letramento nas escolas, não ocorra o mesmo que aconteceu com a alfabetização que considerava o conhecimento necessário apenas para a aquisição

do alfabeto, ou seja, ler e escrever ou pelo simples fato de assinar o nome nivelando o conhecimento em determinadas funções ou práticas de saber. É certo que essas práticas vão evoluindo conforme as necessidades sociais, mas alfabetização e letramento são processos indissociáveis, porém distintos, pois uma pessoa pode ser letrada, no entanto não alfabetizada.

Mesmo que letramento divida-se em termos sociais e escolares é um processo distinto. O letramento social contextualizado na leitura da necessidade do dia a dia é diferente do escolarizado ensinado como objeto pedagógico. A escola ainda é o ambiente propulsor da leitura e da escrita, mas não garante a participação efetiva do uso da leitura e da escrita em eventos e práticas sociais.

Tfouni (2006) observa a relação entre alfabetização, escrita e letramento, como produto e processo. O sistema de escrita equivale ao produto e a alfabetização e letramento ao processo de aquisição de um sistema escrito. A autora faz um estudo sócio-histórico que compreende a escrita como produto cultural da atividade humana sobre o mundo. No âmbito histórico, a escrita evoluiu sujeita a fatores políticos e econômicos, portanto, antes mesmo de representar pensamentos ou ideias, a escrita não é neutra, pois sofre influência das relações de poder e dominação.

Para Tfouni (2006), a alfabetização está relacionada à aquisição da escrita como aprendizagem de habilidades para a leitura e a escrita, chamadas práticas de linguagens que se dão no processo de escolarização. A alfabetização pertence a uma habilidade individual, enquanto o letramento centraliza-se no social. Enquanto processo individual, a alfabetização não se completa nunca considerando que a sociedade está em contínuo processo de mudança. Sendo assim, a alfabetização, mesmo estando ligada à instrução escolar, é determinada também pelas práticas sociais nas quais se engaja. O letramento, entretanto tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é. Neste sentido, não basta apenas observar as habilidades individuais, mas centralizá-las no social.

Trabalhar dentro dessa contradição, é a meu ver, a principal característica do discurso letrado. E aqui, lembro mais uma vez, não estou considerando o discurso escrito apenas, mas também o discurso oral penetrado pela escrita. E esses aspectos do letramento enquanto processo sócio-histórico podem ser investigados sem que seja necessário considerar junto a alfabetização e escolarização. (TFOUNI, 2006, p. 43).

Assim, mesmo que a criança encontre-se em processo de alfabetização em pleno desenvolvimento é no contexto escolar que o processo se consuma. Porém, a aprendizagem não pode ser apenas instrumental, porque a escrita dá-se no meio como produto da experiência de cada um no mundo. Entretanto, o ato de alfabetizar não pode exigir somente as práticas escolares, mas incluir as práticas sociais nas quais leitura e escrita são extremamente necessárias.

Para Kleiman (2005), letramento é um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. Quando se ensina o educando a ler a escrever, simultaneamente coloca-se este sujeito a exercer as práticas de letramento da sociedade, isto é, está “em processo de letramento”. A autora especifica o que não é letramento – letramento não é um método, mas um envolvimento com o mundo da leitura e da escrita. Não é alfabetização, mas a inclui. Letramento e alfabetização estão associados, sendo que a alfabetização é uma das práticas sociais de uso da escrita da instituição escolar logo tem características específicas diferentes das do letramento, mas é parte integrante dele. A autora ainda considera a alfabetização como prática escolar essencial: ser alfabetizado é poder participar de forma autônoma das muitas práticas de letramento.

Kleiman (2005) aponta Paulo Freire como uns dos primeiros a utilizar o termo alfabetização com um sentido mais próximo ao que atualmente se tem chamado de letramento, referindo-se a uma prática sociocultural de uso da língua escrita que vai se transformando ao longo do tempo. O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a prática de leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e continuamente a formação de escritores, isto é, a produção de textos eficazes com origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade (BRASIL, 1997). A leitura é o meio norteador da escrita oferecendo subsídios de como escrever. Não se trata da decodificação de letra por letra, palavra por palavra, mas da compreensão, na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Formar o leitor competente significa formar alguém que compreende o que lê. Um leitor competente se constitui naquele que possui uma prática constante de leitura de textos diversificados e esse trabalho pode envolver todos os alunos inclusive os que não sabem ler convencionalmente.

A leitura na escola tem sido um objetivo de ensino. Como se trata de uma prática social complexa, para converter a leitura em objeto de ensino aprendizagem deve-se preservar sua natureza e complexidade. A escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leituras eficazes. É preciso oferecer diferentes textos do mundo. Não se formam bons leitores solicitando apenas a leitura em atividades em sala de aula ou apenas no livro didático. Sem a diversidade da leitura pode-se até ensinar a ler, mas certamente não se formarão leitores competentes.

Para aprender a ler é preciso interagir com a diversidade de textos escritos e participar de atos de leitura de fato. A leitura como prática social é sempre um meio e nunca um fim. Ler é uma necessidade pessoal. Uma prática de leitura que não desperte o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente e despertar a curiosidade de leitores requer condições favoráveis para a prática de leitura e escrita. Como por exemplo:

- Uma boa biblioteca;
- Nos ciclos iniciais, um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura;
- Organizar momentos de leitura livre, nos quais o professor também leia. É fundamental ver seu professor envolvido com a leitura e

com o que conquista por meio dela. Ver alguém seduzido pelo que faz pode despertar o desejo de fazê-lo também;

- Planejar as atividades diárias garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais atividades.

O processo social de alfabetização e letramento

Antes mesmo de se falar em letramento, Paulo Freire (2008) já propunha a alfabetização contextualizada, isto é, a alfabetização para a mudança social, a prática da educação como forma libertadora do homem, ou seja, o sujeito atuante transformador do seu meio. Dessa forma, entender o contexto social em que se está inserido é compreender a escola como uma instituição que é produto social. Para gerar uma mudança, primeiramente, é preciso se reconhecer como sujeito do processo e da mudança. Portanto, a alfabetização não pode ser determinada como um aprendizado fechado, mas como um processo aberto e contínuo de alfabetizar e letrar que se auto-organiza e qualifica-se em todo ciclo escolar para práticas sociais e de vida.

O processo social da alfabetização é uma ação que gera um efeito para a mudança. A alfabetização é social porque se dá por pessoas, sujeitos que são responsáveis por essa ação e efeito. No contexto atual, alfabetização está interligada a letramento, ou seja, alfabetizar está além de ensinar algo, mas oferecer oportunidades de alfabetização. Quando se fala em oportunidades, significa oferecer meios para que se possa explorar a oralidade, a curiosidade, a investigação e o conhecimento. E para isso, antes de educador, de alfabetizador, o professor presente na ação precisa se reconhecer como sujeito, como mediador do processo em transição que é a geral mudança para os envolvidos.

[...], a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual substituíssem no brasileiro, antigos e culturológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência, de acordo com o novo clima da fase de transição. (FREIRE, 2008, p. 101-102).

A transição não se resume apenas na passagem de um estado para outro, de um movimento sem sentido, atropelado por acontecimentos e finalizado por um simples olhar de velhos temas. Estar em transição, é estar em mudança contínua, pois a língua se modifica, a oralidade oscila e a escrita acompanha estas mudanças.

Na educação, essa transição precisa passar do estado ingênuo para o crítico, isto é, da educação vinda da superposição da realidade para a educação que desenvolva a experiência do fazer.

A consciência transitiva é, porém, num primeiro estado, preponderantemente ingênua. A transitividade ingênua, fase em que nos achávamos e nos achamos hoje nos centros urbanos, mais enfática ali, menos aqui, se caracteriza, entre outros aspectos, pela simplicidade na interpretação dos problemas. A transitividade crítica por outro lado, a que chegaríamos com uma educação dialógica e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. (FREIRE, 2008, p. 68-69).

Freire (2008), ao analisar essa transição, fez um levantamento histórico e econômico da sociedade brasileira identificando a participação popular neste movimento. Considerando o processo de transição, observa-se que a participação popular nunca existiu de fato, sempre esteve imersa em seu mundo, sempre muda dentro de uma sociedade fechada ao desenvolvimento.

Portanto, as mudanças que o Brasil vem sofrendo até hoje são passagens de uma época para outra reconhecida apenas no plano econômico em que um grupo de pessoas encontra-se superposta a um restante de indivíduos. Para o autor, uma transição para o desenvolvimento só seria possível por meio de uma educação que possibilitasse a reflexão crítica do homem pelo homem. Uma mudança ocorrerá quando o homem obtiver consciência crítica dos seus problemas, quando este grupo dominante se integrar ao restante do grupo, formando assim uma sociedade que se reconheça por si só.

As relações que o homem trava no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entretanto que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partimos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. (FREIRE, 2008, p. 47).

Advindos destas ações de superposição e imersão popular, os efeitos não seriam diferentes. Não se sabe de fato quem é, e o que quer, e não se reconhece em uma sociedade que acaba sendo fruto de suas ações. Entretanto, para fazer a transição crítica proposta pelo autor, precisa-se enxergar a in experiência de fazer e vivenciar uma nova que educação propicie ao educando experiências de decisão, responsabilidade que desenvolva atividades que contemplem o ensaio do fazer. Para isso, o educador também precisa se refazer e se assumir como educador.

O processo social da alfabetização está ligado à democratização da cultura do mesmo modo que a aprendizagem da escrita e da leitura seria o início da introdução da criança ou do homem no mundo da comunicação escrita.

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito [...]. Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reinvenção. (FREIRE, 2008, p. 112).

Como coloca Freire (1989), em seu outro livro, “A importância do ato de ler”, antes mesmo da leitura da palavra é na leitura do mundo

que se cria, se recria e se participa. É na relação com o contexto histórico social que a palavra ganha significação.

Alfabetizar é dar extensão a esta leitura de mundo por meio da palavra escrita, é um processo de apreensão em que a representação gráfica é reconhecida na estrutura oral, e não a da memorização desvinculada do mundo real, pois a memorização do objeto (letra) não se constitui no conhecimento do objeto, mas apenas no reconhecimento.

Para o autor, o ato da alfabetização se dá pelo ato do conhecimento, pelo ato da leitura que dialeticamente o leitor tem em relação ao escritor, tem a percepção da interpretação e a recriação. Portanto, o processo de alfabetização não se inicia no ato de ler e escrever, ele vem muito antes deste ato, vem com as vivências que se faz da leitura de mundo. O ato de aprender a ler é a significação que se estabelece com o conhecimento, é a aventura de se promover transformador do seu contexto social. Consequentemente, ler e escrever fazem parte de um mesmo processo, o da compreensão e do domínio da língua e da linguagem.

O processo de alfabetização e letramento, para Rangel (2008), é complexo e multifacetário porque depende de condicionantes, sociais, culturais e políticos. A diferença da concepção de alfabetização e letramento depende das condições sociais perante as classes que constituem o sistema.

A língua escrita não é mera representação da língua oral. Não se escreve como se fala e não se fala como se escreve. Compreensão/expressão de língua escrita é diferente de compreensão/expressão de língua oral. Discursos orais e escritos são considerados de formas diferentes. Além disso, a alfabetização transcende a questão “mecânica” versus “compreensão”. Ela tem uma dimensão social. Não é a mesma para todas as sociedades nem para todas as camadas sociais de uma mesma sociedade. (RANGEL, 2008, p. 10).

As desigualdades sociais interferem no aspecto da aprendizagem. Considerando as oportunidades econômicas, a criança de classes mais

favorecidas encontra-se em processo de alfabetização e letramento antes mesmo de completar o primeiro ano de idade. O contato com livros e a leitura é constante e, muitas vezes, seus pais são seus primeiros professores, incentivando-os a práticas contínuas de leitura. Já nas classes de baixa renda este contato com a leitura praticamente não existe considerando que no Brasil a cultura de obter livros foge do orçamento familiar e também não é uma prática muito estimulada.

Assim, o contato com a leitura e a escrita nas classes populares acaba iniciando-se mesmo só no contexto escolar e tendo seus professores como primeira referência de leitor e escritor. Muitas dessas crianças vêm de famílias com pais analfabetos ou alfabetizados funcionais. Considerando os fatos, a escola precisa ser um ambiente preparado para a leitura e a escrita. As instituições privadas já se enquadram neste padrão de qualidade, enquanto que algumas instituições públicas sofrem com a falta de condições e estrutura para as práticas de alfabetização e letramento e o professor acaba conduzindo esse ensino aprendizagem dentro das possibilidades oferecidas pela instituição.

A literatura infantil no processo de alfabetização e letramento

Ao evidenciar a literatura infantil no processo de alfabetização e letramento pensou-se no ensino contextualizado, lúdico e prazeroso. A literatura infantil tem sua importância no âmbito educacional e social, pois envolve a formação da criança leitora considerando os aspectos de criação, imaginação e produção.

Trazer o livro de literatura infantil para o processo de alfabetização e letramento não significa apenas entender este instrumento pedagógico como algo descontraído e desvinculado das atividades rotineiras. Além do espaço preparado para a leitura descontraída que precisa ser estrutura obrigatória da instituição, a literatura infantil precisa estar dentro das salas de aula como trabalho pedagógico. Este trabalho pedagógico tenciona oferecer conhecimentos de leitura, isto é,

a interpretação e compreensão do texto a ser valorizado, considerando o livro em si.

Tratar de trabalho pedagógico não significa usar o livro meramente para a produção de atividades didáticas, mas proporcionar de forma competente, momentos lúdicos de leitura e escrita, pois ao ler um livro, muito pode ser explorado pelo educador e pelo educando.

Segundo Faria (2004), a capacidade de educadores para perceber a riqueza e a estrutura do livro de literatura infantil é uma das alternativas para não reduzir a literatura a uma abordagem meramente pedagógica. Explorar o livro infantil, sua narrativa, suas ilustrações, seu significado é um recurso que deve ser abordado com competência e criatividade. Para isso, o professor também precisa saber ser leitor. Os professores precisam estar preparados para formar sujeitos leitores, e isso significa na leitura diária do livro de literatura, na interpretação coletiva, feita com alunos e professor e no registro, que é a construção do sentido do texto. O esforço em escrever algo que se ouve, mediado obviamente pelo professor, leva à compreensão do velho e à possibilidade de criação do novo.

O modo de trabalhar a literatura infantil em sala de aula requer identificar a forma como se trabalha, envolvendo a interpretação do texto, a exploração do livro, a coligação do autor e do ilustrador com o que pretendem passar com a história narrada estimulando a curiosidade das crianças e o desejo de dialogar sobre o livro.

Abromovich (1997) vê a literatura como uma aprendizagem estética, em que as histórias lidas ou contadas explicam o mundo de um jeito que o leitor possa se situar em um universo que é dele. É um conhecimento ideal de mundos diferentes, culturas, pessoas ou situações diversas, que se caracterizam nas descobertas das emoções e sentimentos, dos caminhos internos das relações pela busca do conhecer e de se reconhecer.

Escutar histórias é o início da aprendizagem, é o primeiro contato com um texto escrito que é feito oralmente. Das histórias contadas ou lidas conhece-se de tudo um pouco, a vivência de contar

ou ler histórias é um momento único que é pessoal e prazeroso para cada um.

A autora afirma que contar histórias é uma arte é o equilíbrio do que é ouvido com o que é sentido. É o uso simples e harmônico da voz do narrador. O narrador tem que conhecer a história que vai ler e transmitir confiança aos ouvintes, motivar a atenção e despertar admiração ao mesmo tempo, envolver-se com a história e os ouvintes. O objetivo da narração é o de ensinar a criança a escutar, a pensar, a enxergar o mundo com os olhos da imaginação.

Freire (1993) também fala de ensinar, aprender leitura do mundo, a leitura da palavra, o ato de estudar como consequência do ato de ler. Onde ler não é puro entretenimento nem tampouco um exercício de memorização mecânica de certos trechos de texto. O autor esclarece a significação da leitura: ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, porém gratificante. Ler é buscar a compreensão do lido, daí a importância do ensino correto da leitura e da escrita.

Para Freire (1993), ensinar a ler é engajar-se em uma experiência criativa em torno da compreensão e da comunicação. A experiência da compreensão é a capacidade de associar, jamais dicotomizar.

E a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejam nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes na experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade. Um exercício crítico sempre exigido pela leitura e necessariamente pela escuta é o de como nos darmos facilmente à passagem da experiência sensorial que caracteriza a cotidianidade a generalização que se opera na linguagem e desta ao concreto tangível. Uma das formas de realizarmos este exercício consistente na prática a que me venho referindo como “leitura da leitura anterior do mundo”, entendendo-se aqui como “leitura do mundo” a “leitura” que precede a leitura da palavra e que perseguindo igualmente a compreensão do objeto se faz no domínio da cotidianidade. A leitura da palavra, fazendo-se também em busca da compreensão do texto e, portanto, dos objetos nele referidos, nos remete agora a leitura anterior do mundo. O que me parece fundamental deixar claro é que a leitura do mundo

que é feita a partir da experiência sensorial não basta. Mas, por outro lado, não pode ser desprezada como inferior pela leitura feita a partir do mundo abstrato dos conceitos que vão da generalização ao tangível. (FREIRE, 1993, p. 30).

Ensinar não pode ser um puro processo de transferência de conhecimentos. A forma crítica de compreender a leitura da palavra e a leitura do mundo está na associação da linguagem simples construída de conceitos criados na cotidianidade, no mundo da experiência sensorial com a “linguagem difícil” que vem de conceitos abstratos. A relação entre ler e escrever é um processo que não pode ser separado. Quando aprendemos a ler, o fazemos sobre a escrita de alguém que antes aprendeu a ler e a escrever. Ao aprender a ler, nos preparamos para imediatamente escrever a fala que socialmente construímos (FREIRE, 1993, p. 36).

Assim, Freire (1993) pontua que as escolas deveriam estimular o gosto da leitura e da escrita durante todo o tempo de sua escolarização. Que estudar não signifique um fardo e ler uma obrigação, mas uma fonte de alegria e de prazer. Este esforço em buscar a significação dos estudos, deveria começar na pré-escola, intensificando-se no período da alfabetização e continuar sem jamais parar.

Segundo Soares (2007), no seu artigo “Escarlarização da Literatura Infantil”, é inevitável a escolarização da literatura literária da mesma forma que é a escolarização de outros conhecimentos como artes ou qualquer tipo de produção cultural. Para a autora, o problema não está na escolarização, mas na maneira que vem sendo realizada a literatura infantil no cotidiano da escola. O que se deve negar, de fato, não é a escolarização em si, mas a inadequação desta escolarização que distorce e desvia o processo de aprendizagem. Uma escolarização inadequada pode ocorrer não só com a literatura infantil, mas com outros conhecimentos transformados em saberes escolares.

A autora afirma que, ao propor literatura infantil em sala de aula, devemos primeiramente lembrar da escolarização que é inevitável quando dela a escola se apropria, então o que podemos diferenciar é a prática adequada e inadequada deste conhecimento.

A prática adequada ao conhecimento é aquela que conduz o leitor a realizar este saber e a assimilar em suas práticas sociais internalizando o conhecimento para uso próprio. Já a inadequação da escolarização da literatura infantil pode-se dar no simples fato de limitar o conhecimento em certos autores ou obras simplificando o conhecimento literário. O adequado é chegar ao complexo da compreensão do literário na busca constante da leitura literária, isto é, de formar sujeitos capazes de compreender o diferente e saber buscar o novo. Para que este conhecimento literário se concretize na prática é preciso um ambiente propício que leve os ouvintes à leitura e profissionais que entendam o verdadeiro significado da literatura. Literatura não se aprende, vivencia-se, convive-se, e ensaiar esta troca em um meio escolarizado é dar subsídios a quem não tem acesso à leitura da literatura.

Considerações finais

Desenvolver o processo de alfabetização e letramento e a formação de uma criança leitora não é uma tarefa fácil, mas essencial nos dias atuais. Esse processo de formação envolve releituras sobre a formação docente e rever expectativas e fundamentos nas práticas sociais, em que a constante busca da conscientização de um todo requer um desdobramento que envolve a colocação do sujeito em ação sobre o passado e sujeito ativo no presente. Isto estabelece mudança, pois as ideias não podem servir diretamente para uma oposição a outra, e nem mesmo criar-se em cima da ignorância do que já existe.

De acordo com autores como Freire (2008), Soares (2008), Kleiman (2005), Tfouni (2006) e Abromovich (1997), o processo de alfabetização e letramento compartilhado com a literatura infantil são procedimentos que qualificam o conhecimento e o contextualizam. O livro de literatura infantil pode ser considerado uma ferramenta valiosa para professor e para a escola como meio propulsor para promoção da melhor qualidade da aprendizagem. Isto significa a formação crítica,

em que a criança explora a criatividade, a imaginação e a significação em seu meio.

Como diz Abromovich (1997), a vivência de contar histórias é um momento único que é pessoal e prazeroso a cada um. Contar histórias é uma arte, é o equilíbrio do que é ouvido com o que é sentido.

A escola como instituição, tende a seguir critérios políticos e econômicos. Como também todos que estão inseridos neste procedimento social. Porém, entender estes fatores é compreender que se está inserido em um contexto sócio histórico, e que se sofre com variações determinantes.

Paulo Freire, como bom entendedor do contexto brasileiro, propôs a mudança por meio da educação crítica. Falamos de alfabetização e letramento como conquista da criticidade no processo alfabetizador. Abordou-se todo o contexto e possíveis mudanças e chegou-se à formação docente. Em todas as fases da formação, o educador precisa estar comprometido, pois na educação básica que é essencial no ciclo do aprender, os professores precisam ser pesquisadores, íntegros, refletirem sobre sua prática didático-pedagógica e criar possibilidades para a formação integral dos educando.

O livro de literatura infantil deve se tornar um meio pedagógico fundamental para a formação da criança leitora que é capaz de ouvir, fantasiar, interpretar e, com a mediação do professor leitor, registrar o que entendeu em processo de alfabetização e letramento. Praticar atividades com a literatura infantil é qualificar o conhecimento escolarizado e buscar o prazer em aprender. Sua escolarização ainda em processo não se dá como satisfeita, pois trabalhar literatura não significa simplesmente torná-la didática, muito menos, exercê-la, paralelamente, às margens do currículo escolar. Manter um padrão de ensino em que as estruturas escolares possam oferecer ambientes propícios à leitura, bibliotecas diversificadas e leitores proficientes, exige formação docente e qualificação do espaço e material escolar.

A literatura precisa ser estimulada e também ensinada nas escolas. Ensinada de forma literária, isto é, apresentar aos docentes

que o leitor que lê transforma isso imediatamente em escrita e na fala que socialmente constrói. Isso significa contemplar práticas de leitura e escrita na sala de aula e em todo contexto escolar e social.

THE IMPORTANCE OF CHILDREN'S LITERATURE IN THE PROCESS OF LITERACY

Abstract: The book of children's literature has been used in the classroom alongside the routine activities of schools, however, the book of children's literature is not an asset that must be used without pedagogical intention or merely with the intention of being exposed in schools libraries or classrooms. Therefore, we studied literacy and its social aspects, the training of teacher as reader and trainer of new readers and the book of children's literature as a pedagogical resource of this new process that incentivate contextualization, imagination, and creativity of students at the beginning of schooling.

Keywords: Literacy. Literacy. Children's literature.

Referências

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil:** Gostosuras e Bobices. São Paulo, 1997

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEE, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Professora sim tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1993.

KLEIMAN, Ângela. **Preciso ensinar o letramento:** não basta ensinar a ler e a escrever? Linguagem e letramento em foco. 2005. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfalettras/bibliotecarofessor/arquivos/5710.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2010.

RANGEL, Anna Maria Piffero. **Alfabetizar aos seis anos.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Magda. **Escolarização da literatura infantil.** Disponível em: <<http://educar.varzeapaulista.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2007/09/magdasoaresaedliej.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2010.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização.** 8. ed. São Paulo. Cortez, 2006.

Artigo recebido em: 10/3/2012

Aprovado para publicação em: 30/05/2012